



Prefeitura Municipal de Santa Luzia
Secretaria Municipal de Saúde

De: Secretaria Municipal de Saúde

DATA: 17/09/2024

Para: Gerência de Licitações e Contratos

A/C: Thiago Pereira de Carvalho

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 029/2024

Assunto: Decisão à impugnação apresentada pela empresa **EASY CLEAN DISTRIBUIDORA LTDA.**

Senhor Pregoeiro,

Com nossas cordiais cumprimentos, presta-se o presente documento para refutar a impugnação interposta pela empresa EASY CLEAN DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: nº ° 49.039.321/0001-99, estabelecida na Estrada do Jatobá, nº. 95 lojas 04, bairro Diamante, CEP 30.644-200, Cidade Belo Horizonte, Estado Minas Gerais, recebido por meio e-mail eletrônico, em 13 de setembro de 2024.

1 - FORMA

1.1. O pedido da recorrente foi formalizado pelo meio previsto em Edital, com identificação da licitante subscrito por pessoa indicada como representante legal da empresa, em forma de arrazoadado com identificação dos pontos e com fundamentação do pedido.

1.2. Conclui-se que, com base nos requisitos legais pertinentes, o pedido de impugnação de Edital apresentado possui legitimidade quanto à sua forma.

2 – DAS RAZÕES E DO PEDIDO:

A impugnante, valendo-se da prerrogativa legal estabelecida no Art. 164 da Lei 14.133/2021, interpôs impugnação ao Termo de Referência do Edital de Licitação, conforme argumento em síntese exposto abaixo:

O edital em questão não exige a apresentação de laudos técnicos ou certificados de qualidade emitidos por laboratórios acreditados ou entidades competentes, que atestem a conformidade das fraldas descartáveis com padrões mínimos de qualidade. A ausência dessa exigência pode comprometer a aquisição de produtos adequados ao uso final, especialmente quando o objeto envolve um bem de uso contínuo e sensível, como fraldas descartáveis, que têm impacto direto na saúde e bem-estar dos usuários.

Em resumo, requer em seus argumentos, que:

1. A inclusão, no edital, da exigência de laudo técnico laboratorial emitido por entidade acreditada pelo INMETRO ou equivalente, comprovando que as fraldas ofertadas atendem às normas técnicas de qualidade e segurança aplicáveis;
2. Que sejam promovidas as devidas adequações no edital para assegurar que a aquisição de fraldas descartáveis ocorra em conformidade com os princípios da eficiência, segurança e qualidade, protegendo tanto a Administração quanto os usuários finais.

3 – DA ANÁLISE DO MÉRITO

Uma vez preenchidos os requisitos legais para o recebimento da impugnação apresentada, passa-se a analisar o mérito das alegações.

Importa mencionar a necessidade da economicidade nos processos licitatórios, princípio constitucional, expresso no art. 70 da Constituição Federal de 1988, que prevê a obtenção do resultado esperado com o menor custo possível, mantendo a

qualidade e buscando a celeridade na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos.

As regras dos editais de procedimentos licitatórios devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa”.

Para Toshio Mukai, a norma contempla o princípio da competitividade: “[...] tão essencial à matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, posto que esta é sinônimo de competição” (Curso avançado de licitações e contratos públicos. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 9/10);

Nesse sentido, são precedentes do Superior Tribunal de Justiça:



"A exigência editalícia que restringe a participação de concorrentes, constitui critério discriminatório desprovido de interesse público, desfigurando a discricionariedade, por consubstanciar 'agir' abusivo, afetando o princípio da igualdade." (REsp. n. 43856/RS, rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ 04.09.95)

"É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações." (REsp. n. 474781/DF, rel. Min. Franciulli Neto, DJ 12.05.03)

As regras do Edital e seus anexos, não tem o objetivo de restringir a competitividade do certame, nem mesmo aos fornecedores de produtos de linhas de qualidade superior, mas sim garantir uma contratação conforme as necessidades da administração, de forma que se alcance um fornecimento satisfatório, e se atinja os objetivos esperados. Dessa forma, as especificações e exigências deverão possuir razoabilidade com a realidade vivida pela contratante, haja vista que o objetivo maior é atender as suas necessidades de forma satisfatória, pelo preço adequado, visando sempre o interesse público acima do particular. Nesse entendimento, o Edital encontra-se em consonância com os objetivos que se pretendem alcançar com a contratação.

Vejamos os ensinamentos do Prof. Marçal Justen Filho a respeito:

“A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública (com observância do princípio da isonomia). A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior DIRETORIA DE LICITAÇÃO vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração” (...). *“De modo geral, a vantagem buscada pela Administração deriva da conjugação dos aspectos da qualidade e da onerosidade. Significa dizer que a Administração busca a maior qualidade da prestação e o maior benefício econômico. As circunstâncias determinam a preponderância de um ou outro aspecto”.* (Grifo nosso)

5 – DA CONCLUSÃO

Por fim, considerando as fundamentações aqui demonstradas e, principalmente, em observância aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da eficiência, e, garantindo a ampliação da participação de licitantes e a isonomia entre eles, decide-se por conhecer da Impugnação e, no mérito, INDEFERIR as razões contidas na peça interposta e NEGAR PROVIMENTO aos pedidos interpostos pela empresa EASY CLEAN DISTRIBUIDORA LTDA, permanecendo, por conseguinte, intacto os termos editalícios do PREGÃO ELETRÔNICO 029/2024 e seus anexos, bem como a data da abertura da sessão pública da licitação ora em referência, conforme já agendado.

Atenciosamente,

Soraia Barbosa Soares
Coordenadora de Compras e Contratos